

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER

Prof. Dr. Ivan Furegato Moraes

AULA 12 - SÚMARIO

- **Tópicos:**

- ✓ PPA 2024-27;

- ✓ Ministério do Esporte;

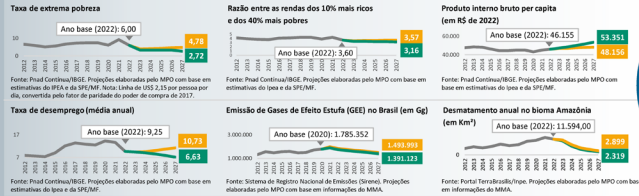
- ✓ Órgãos colegiados.

PPA 2024-27

Mapa Estratégico do PPA 2024-2027



Indicadores-chave e metas nacionais



Prioridades do governo

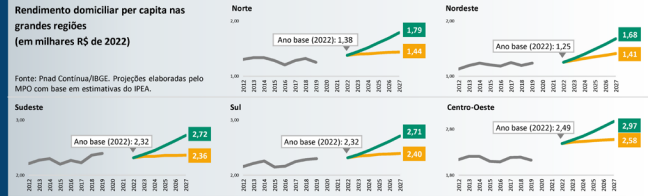
1. Combate à fome e redução das desigualdades
2. Educação básica
3. Saúde: atenção primária e especializada
4. Neoliberalização, trabalho, emprego e renda
5. Novo PAC
6. Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática

Visão de Futuro 2027

“Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”

Democracia
Diversidade e justiça social
Sustentabilidade socioambiental
Participação social
Atuação colaborativa
Responsabilidade fiscal e social
Excelência na gestão

Indicadores-chave e metas nacionais



Agendas transversais

1. Crianças e adolescentes
2. Mulheres
3. Igualdade racial
4. Povos indígenas
5. Ambiental

EIXO 1: Desenvolvimento social e garantia de direitos

Objetivos estratégicos

- 1.1. Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social
- 1.2. Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- 1.3. Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes
- 1.4. Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica
- 1.5. Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão
- 1.6. Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões
- 1.7. Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência
- 1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos tecnológicos
- 1.9. Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal
- 1.10. Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira
- 1.11. Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura
- 1.12. Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial
- 1.13. Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida

41 Programas

- Segurança alimentar e nutricional e combate à fome
- Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas
- Proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único e produção de informações e conhecimento para políticas sociais
- Inclusão socioeconômica do público do Cadastro Único
- Estruturação da Política Nacional de Cuidados
- Atenção primária à saúde
- Atenção especializada à saúde
- Gestão, trabalho, educação e transformação digital na saúde
- Pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção e avaliação de tecnologias em saúde
- Qualificação da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde
- Vigilância em saúde e ambiente
- Saúde indígena
- Educação básica democrática, com qualidade e equidade
- Educação profissional e tecnológica que transforma
- Educação superior: qualidade, democracia e sustentabilidade
- Direito à cultura
- Juventude: direitos, participação e bem viver
- Promoção da cidadania, defesa de direitos humanos e reparação de violações
- Programa nacional de promoção dos direitos da população em situação de rua
- Promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa
- Promoção dos direitos das pessoas com deficiência
- Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+
- Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade
- Autonomia econômica das mulheres
- Igualdade de decisão e poder para mulheres
- Mulher: viver sem violência
- Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, sustentabilidade e enfrentamento da emergência climática
- Direitos pluriétnico-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas
- Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos
- Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo
- Juventude negra viva
- Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania
- Saneamento básico
- Cidade melhores
- Mobilidade urbana
- Moradia digna
- Periferia viva
- Segurança pública com cidadania
- Cuidado e acolhimento de usuários e dependentes de álcool e outras drogas
- Esporte para a vida

EIXO 2: Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

Objetivos estratégicos

- 2.1. Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente
- 2.2. Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas
- 2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura
- 2.4. Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia
- 2.5. Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadernamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios
- 2.6. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação
- 2.7. Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres
- 2.8. Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e a maior eficiência energética
- 2.9. Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da internet de alta velocidade
- 2.10. Promover maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem
- 2.11. Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras
- 2.12. Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional
- 2.13. Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo
- 2.14. Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades
- 2.15. Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda

35 Programas

- Enfrentamento da emergência climática
- Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade
- Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios
- Qualidade ambiental na cidade e no campo
- Gestão de riscos e de desastres
- Agropecuária sustentável
- Defesa agropecuária
- Pesquisa e inovação agropecuária
- Abastecimento e soberania alimentar
- Agricultura familiar e agroecologia
- Governança fundiária, reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais
- Pesca e aquicultura sustentáveis
- Inovação nas empresas para uma nova industrialização
- Neoliberalização, ambiente de negócios e participação na economia internacional
- Política econômica para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo
- Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social
- Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SINCTI
- Política nuclear
- Programa espacial brasileiro
- Oceano, Zona Costeira e Antártica
- Economia popular e solidária sustentáveis
- Promoção do trabalho decente, emprego e renda
- Energia elétrica
- Petroleo, gás, derivados e biocombustíveis
- Transição energética
- Comunicações para inclusão e transformação
- Aviação civil
- Portos e transporte aquaviário
- Transporte ferroviário
- Transporte rodoviário
- Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre
- Turismo, este é o destino
- Desenvolvimento regional e ordenamento territorial
- Mineração segura e sustentável

EIXO 3: Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Objetivos estratégicos

- 3.1. Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social
- 3.2. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional
- 3.3. Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população
- 3.4. Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais
- 3.5. Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado
- 3.6. Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos
- 3.7. Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos

12 Programas

- Defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas públicas
- Reconstrução, ampliação e aprofundamento da participação social e da democracia
- Planejamento e orçamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo
- Transformação do Estado para a cidadania e o desenvolvimento
- Cooperação da defesa para o desenvolvimento nacional
- Defesa nacional
- Relações internacionais e assistência a brasileiras e brasileiros no exterior
- Comunicação pública e governamental
- Sistema financeiro do futuro
- Transparência, integridade e enfrentamento à corrupção
- Segurança institucional
- Promoção do acesso à justiça e da defesa dos direitos

Participação social na elaboração do PPA



Fórum Interconselhos
 • 3 fóruns
 • 36 conselhos nacionais representados



Plenárias Estaduais
 • 27 Capitais brasileiras
 • Mais de 34 mil participantes
 • 309 movimentos/ organizações apresentaram suas demandas e defenderam propostas



Plataforma Brasil Participativo
 • 4.087.540 Acessos
 • 1.529.826 Votos
 • 1.419.729 Participantes
 • 8.254 Propostas

PPA 2024-27

▪ Esporte no PPA 2024-27:

✓ Eixo 1 - Desenvolvimento social e garantia de direitos.

✓ Objetivo estratégico:

1.13. Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida.

✓ Programa:

5126 - Esporte para toda a vida

✓ Formado por 8 objetivos específicos, cada um com indicadores, metas e metas regionais:

PROGRAMA: 5126 - Esporte para a Vida				
Objetivo Geral: <i>Promover o acesso da população ao esporte e à atividade física ao longo da vida, por meio do sistema nacional de esporte, em espaços apropriados e acessíveis, que contemplem as dimensões de lazer, educacional, amadora e de alto desempenho, garantindo diversidade, inclusão social e qualidade de vida, em consonância com os valores do esporte.</i>				
Objetivos Estratégicos: <i>•Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida.</i>				
Público Alvo: <i>Crianças, jovens, pessoas adultas, pessoas idosas (com iniciativas para diminuir desigualdades de gênero, etnia, raça, deficiência)</i>				
Orgão Responsável: <i>Ministério do Esporte</i>				
Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	323.395	293.691	305.438	317.656
Despesas Correntes	252.750	220.220	229.029	238.190
Despesas de Capital	70.645	73.471	76.409	79.466
Recursos Não-Orçamentários	3.926.997	4.143.897	4.353.822	4.595.324
Gastos Tributários	3.926.997	4.143.897	4.353.822	4.595.324
Valores Globais	4.250.392	4.437.588	4.659.260	4.912.980
	18.260.220			

PPA 2024-27

- ✓ Viabilizar a entrega de infraestrutura esportiva e paradesportiva;
- ✓ Ampliar o acesso ao esporte educacional, amador e de lazer para todas as idades, incluindo as pessoas com deficiência que abranjam os diferentes territórios para o enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais;
 - ✓ Ampliar o acesso e a profissionalização do futebol feminino;
- ✓ Fomentar a prática do futebol masculino e feminino em todas as regiões do Brasil;
 - ✓ Combater a dopagem no esporte;
- ✓ Combater o abuso, o racismo e demais formas de preconceito e violência, a manipulação de resultados ou outra forma de corrupção ou violação de direitos, fortalecendo a integridade no ambiente esportivo;
- ✓ Ampliar e fortalecer programas paradesportivos e políticas de inclusão em atividades físicas desportivas e de lazer da pessoa com deficiência;
 - ✓ Promover o esporte de excelência, desde a especialização até a transição de carreira, para projetar o país como uma potência esportiva mundial.

PPA 2024-27

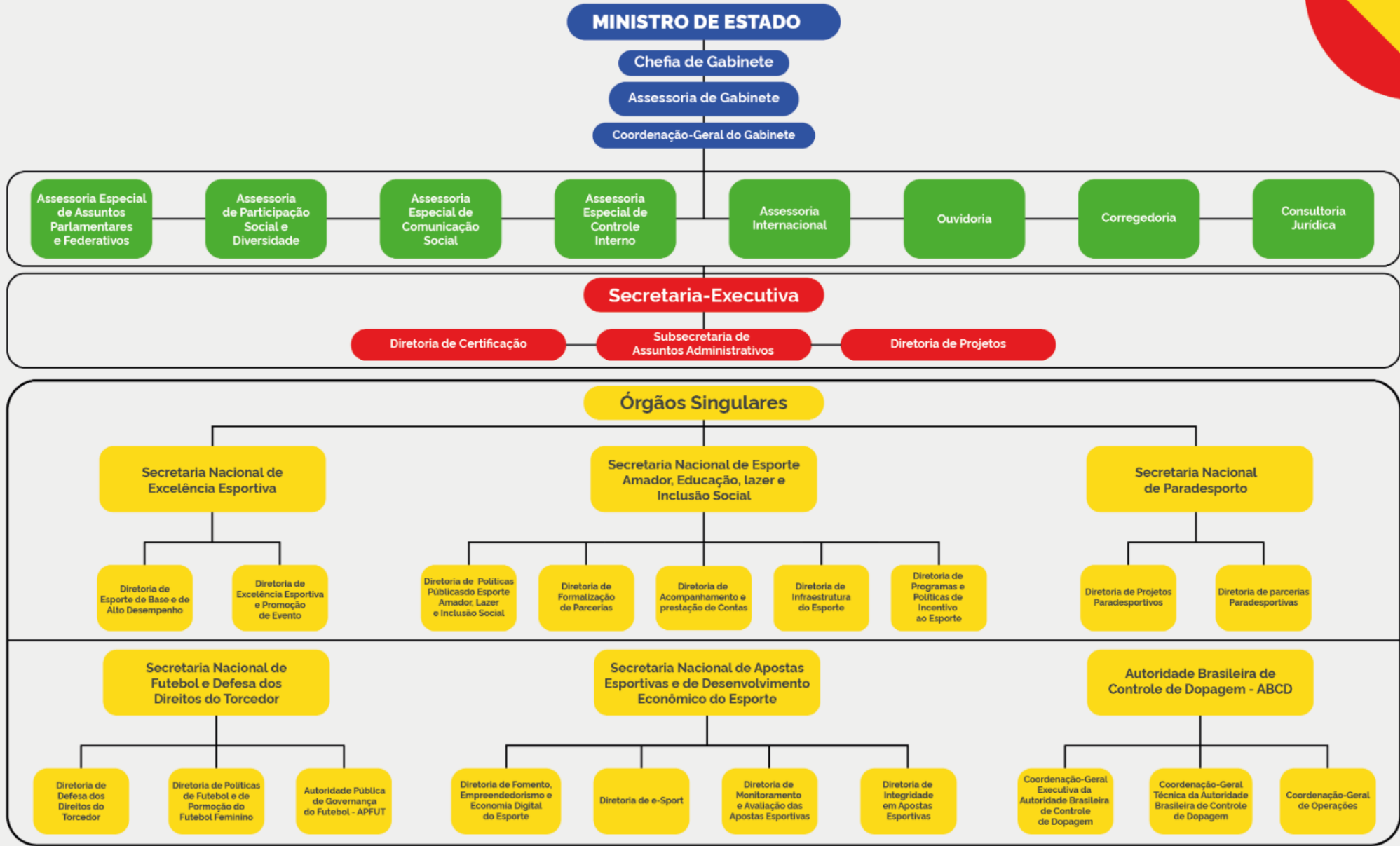
- O esporte também é citado em programas de outras áreas, como:
 - ✓ Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes;
 - ✓ Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo: combate racismo no esporte;
 - ✓ Juventude negra viva: projetos de esporte amador para juventude negra;
 - ✓ Moradia digna;
 - ✓ Cuidado e acolhimento de usuários e dependes de álcool e outras drogas;
 - ✓ **Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) pelas Forças Armadas:** responsável por 35% da delegação em Paris 2024 (97 de 277) e 10 das 20 medalhas;
 - ✓ Programa Forças no Esporte: para crianças e jovens de 6 a 18 anos;
 - ✓ Projeto João do Pulo: para crianças e jovens de 6 a 18 anos com deficiência;
 - ✓ Etc.

MINISTÉRIO DO ESPORTE

- O Ministério do Esporte foi recriado em 2023;
- Ana Moser, sem filiação partidária, assumiu como ministra com uma visão participativa e inclusiva do esporte, mas polêmica;
- Em 13 de setembro de 2023, após pressões políticas, Ana Moser foi substituída por André Fufuca (PP - MA);
- Com a mudança e a regulamentação das apostas esportivas o Ministério do Esporte foi reorganizado:



MINISTÉRIO DO ESPORTE



DIRETORIA DE CERTIFICAÇÃO

- Tanto a Lei Pelé (Art. 18 e 18-A) como a LGE indicam que todas as entidades esportivas que formam o Sistema Nacional do Esporte e recebem recursos públicos e isenção fiscal (IRPJ e CSLL) devem cumprir uma série de exigências legais;
- A entidade esportiva interessada nesses benefícios deve comprovar o cumprimento das normas e a sua regularidade legal e fiscal, recebendo uma certificação comprobatória:
Certidão de Registro Cadastral;
 - O processo de solicitação, análise e emissão do CRC é responsabilidade da **Diretoria de Certificação** do ME, que atua a partir da solicitação das entidades esportivas.



SECRETARIA NACIONAL DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA

- **Foca na formação esportiva e no esporte de alto rendimento/competitivo, principalmente no suporte dos atletas profissionais;**

- **Formada por duas diretorias:**

- ✓ Esporte de Base e de Alto Rendimento;
- ✓ Excelência esportiva e promoção de evento.

- Possui dois programas principais:

- ✓ Programa Revelar Atletas:

- Apoio às equipes e atletas em fase inicial de treinamento, detectando e revelando atletas;

- Foco em atletas de até 21 anos, treinadores, técnicos, equipe multidisciplinar, pesquisadores e gestores;

- Visa a Implementação de núcleos de treinamento esportivo; a promoção de eventos esportivos; a capacitação de profissionais e a inovação esportiva.

BOLSA ATLETA

- Criado pela Lei nº 10.891/2004, e alterado significativamente pela Lei nº 12.395/2011, o Bolsa Atleta visa patrocinar atletas de forma individual com recursos federais gerando condições mínimas para que eles se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições;
- O público beneficiário são atletas em formação e de alto rendimento de modalidades olímpicas e paralímpicas que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais;
 - Categorias:
 - Atleta de base (14 a 19);
 - Atleta estudantil (14 a 20);
 - Atleta nacional;
 - Atleta internacional;
 - Atleta olímpico/paralímpico;
 - Bolsa podium: estar entre os 20 melhores do mundo.

BOLSA ATLETA 2024

MAIOR NÚMERO
DE CONTEMPLADOS DA HISTÓRIA

8.716 atletas
R\$ 148,9 milhões
Valor do investimento federal para o Bolsa Atleta em 2024

4.849 homens (55%)
3.867 mulheres (45%)

5.931 atletas na categoria Nacional (R\$ 925)

1.414 na Internacional (R\$ 1.850)

656 na Estudantil (R\$ 370)

390 na Atleta de Base (R\$ 370)

325 na Atleta Olímpico/Paralímpico/Surdolímpico (R\$ 3.100)

6.240 competem em **39** modalidades olímpicas

2.210 competem em **25** modalidades paralímpicas

238 competem em **15** modalidades surdolímpicas

28 são atletas-guias (paradesporto)

Atletismo paralímpico

784 atletas

Esporte paralímpico com mais representantes

Atletismo olímpico

589 atletas

Esporte olímpico com mais representantes

Futebol surdolímpico

56 atletas

Esporte para surdos com mais representantes



São Paulo

2.973 atletas

Estado em que vive o maior número de contemplados

Atleta

Quantidade de Bolsa

105262

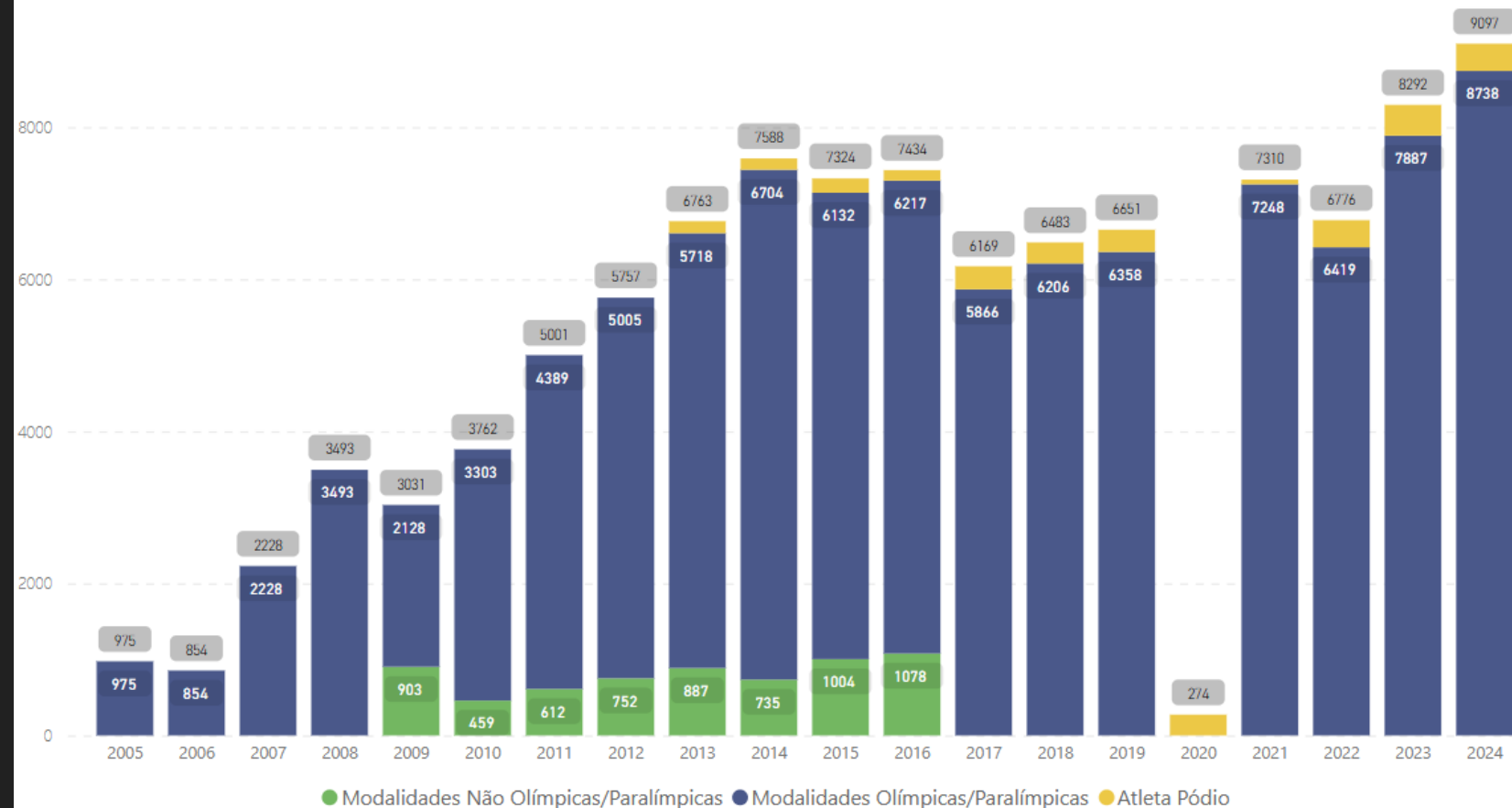
Quantidade de Atletas

37592

Valor Investido

R\$ 1.776.308.100,00

Quantidade de Bolsas por Ano



SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL (SNELIS)

- **Objetiva formular e implementar programas esportivos-educacionais, de lazer e de inclusão social;**
 - **Formada pelas seguintes diretorias:**
 - ✓ Políticas Públicas do Esporte Amador, Lazer e Inclusão Social;
 - ✓ Formalização de parcerias;
 - ✓ Acompanhamento e prestação de contas;
 - ✓ Infraestrutura do esporte;
 - ✓ Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte.

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL (SNE LIS)

▪ Principais programas atuais:

- ✓ **Programa Segundo Tempo (PST):** práticas esportivas realizadas no contraturno escolar (6 a 17 anos) em parceria com estados, municípios e universidades (PST-Universitário);
 - ✓ **Programa Esporte e Lazer na cidade (PELC):** implementação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e de lazer;
 - ✓ **Programa Vida Saudável:** núcleos de esporte recreativo e de lazer destinados à idosos;
- ✓ **Lei de Incentivo ao Esporte;**

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL (SNELIS)

- ✓ **Programa Skate por Lazer:** democratizar o acesso recreativo ao skate, principalmente por mulheres, por meio de núcleos;
 - ✓ **Informações e suporte para realização de convênios e parcerias;**
- ✓ **Infraestrutura esportiva:** foca no apoio a construção de instalações esportivas, com destaque para os Centros de Iniciação ao Esporte (CIE);
 - Possui biblioteca com projetos para mais de 20 tipos de instalações esportivas;
 - Responsável por gerir as instalações federais do legado olímpico (Rio 2016).

SECRETARIA NACIONAL DE PARADESPORTO

- **Criada em 2020 para garantir o acesso das pessoas com deficiências à prática esportiva em todas as suas manifestações, da iniciação ao alto-rendimento;**

- **Possui duas diretorias:**

- ✓ Projetos Paradesportivos;
- ✓ Parcerias Paradesportivas.

- **Atualmente gerencia dois programas:**

- ✓ **Programa Paradesporto Brasil em Rede:** criação e manutenção de núcleos para o paradesporto em Institutos Federais, principalmente do Norte e Nordeste. 10 núcleos estão em funcionamento;
- ✓ **Programa TEAtivo:** criação de núcleos para pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) com práticas esportivas, psicomotoras e de lazer.

SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

- Busca fortalecer o futebol como instrumento de cidadania, inclusão social e de fortalecimento da identidade nacional;
 - Formada por três diretorias:
 - ✓ Defesa dos Direitos do Torcedor;
 - ✓ Políticas de Futebol e de Promoção do Futebol Feminino;
 - ✓ Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT): para regulamentar e fiscalizar a participação dos clubes de futebol no PROFUT.

SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

▪ Programas atuais:

✓ Seleções do futuro:

Implementação de núcleos para o ensino do futebol para crianças entre os 6 e 17 anos em parceria com estados, municípios, universidades federais e estaduais e institutos federais;

✓ Programa Academia e Futebol:

Proporciona a prática do futebol, futsal e Beach Soccer a crianças, adolescentes e pessoas com deficiência e apoia a produção e a difusão da produção científica sobre futebol (cursos e eventos);

✓ Estratégia Nacional para o Futebol Feminino:

Visa apoiar, a longo prazo, o futebol feminino por meio de 5 eixos: capacitação; comunicação; fomento e incentivos diretos e indiretos (núcleos de formação); competições; e ações diretas/programas;

➤ Visa a participação feminina não apenas como atleta, mas também em posições de gestão, arbitragem e direção técnica.

SECRETARIA NACIONAL DE APOSTAS ESPORTIVAS E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESPORTE

- Criada em 2023, foca no desenvolvimento econômico e, principalmente, na gestão das apostas esportivas;
 - Formada por quatro diretorias:
 - ✓ Fomento, Empreendedorismo e Economia Digital do Esporte;
 - ✓ E-Sport;
 - ✓ Monitoramento e avaliação das apostas esportivas;
 - ✓ Integridade em Apostas Esportivas.
 - Não indica programas específicos.

OUTROS PROGRAMAS DO ME

- **Para além dos programas das diferentes área do ME, são indicados programas/ações para o fomento via emendas parlamentares:**

- ✓ Espaços Esportivos Comunitários;

- ✓ Implantação e modernização de infraestrutura para o esporte amador, educacional, lazer e inclusão social;

- ✓ Programas, projetos e eventos de esporte amador, educacional, lazer e inclusão social;

- ✓ Ações, programas, equipamentos, pesquisas, apoio a eventos e projetos para a implementação de política pública de desenvolvimento do paradesporto;

- ✓ Projetos de excelência esportiva nas fases de detecção, especialização e aperfeiçoamento de talentos esportivos;

- ✓ Projetos de excelência esportiva nas fases de alto rendimento e transição de carreira;

- ✓ Implantação de infraestrutura de excelência esportiva;

- ✓ Desenvolvimento do futebol masculino e feminino e defesa dos direitos do torcedor;

- ✓ Realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino FIFA 2027.

AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM (ABCD)

- Criada como parte da organização do Rio 2016, é um órgão de assistência direta e imediata do ME para a implementação da Política Nacional de Combate à Dopagem;
 - Formada por três áreas:
 - ✓ Coordenação-geral Executiva;
 - ✓ Coordenação-geral técnica;
 - ✓ Coordenação-geral de operações.

ÓRGÃOS COLEGIADOS

- Para além da estrutura direta do Ministério do Esporte, existem quatro órgãos colegiados que atuam em paralelo ao ME;
- O ME apenas fornece a estrutura física, material e pessoal para esses órgãos, que possuem vida própria;
 - São eles:
 - ✓ COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA
- Criado em 2024 para analisar e propor melhorias de gestão e governança ao ME.

CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE (CNE)

- Criado desde a Lei Zico e com a estrutura atual desde 2002, é um colegiado que presta assessoria ao ministro(a) do Esporte no desenvolvimento de políticas voltadas ao desporto nacional;
- Visa propor programas para promover a prática da atividade física por toda a população, além da melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do esporte como um todo;
- Responsável pela elaboração do Código Brasileiro de Justiça Desportiva, por analisar a utilização dos recursos das loterias pelas organizações esportivas e por conceder a Cruz e Medalha do Mérito Desportivo;
- Formado por 22 pessoas de diferentes setores/organizações esportivas, com mandato de 2 anos, com exceção dos membros natos do ME (Portaria nº 115 do ME, de 27/11/2024);
- Se reúne, em média, duas vezes por ano.

COMISSÃO NACIONAL DE ATLETAS (CNA)

➤ Criada em 2000, visando uma gestão participativa da política esportiva nacional;

➤ Atividades:

- Suporte ao ministro(a) do Esporte na gestão da Política Nacional do Esporte;
 - Manifesta-se sobre questões relativas ao desenvolvimento esportivo;
 - Propõe ações para estimular iniciativas esportivas públicas e privadas;
 - Elabora programas e projetos de interesse da comunidade esportiva;
- Sugere ações para aumentar a participação de atletas na direção das entidades esportivas;

➤ Formada por 11 atletas que representam, por 2 anos, diferentes organizações esportivas nacionais, como o COB, CPB, CBC, Atletas pelo Brasil, a APFUT e a Organização Nacional das Entidades do Desporto (ONED), além de indicados pelo ME.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA ANTIDOPAGEM (JAD)

- **Atua no julgamento de violações as regras antidopagem;**
- **Aplica as devidas penalidades e homologa, no Brasil, as decisões de organismos internacionais antidoping, como a *Court of Arbitration for Sport (CAS)*;**
- **Formada por um Tribunal e por uma Procuradoria, que atuam de forma autônoma e independente;**
 - **Importante: julga apenas os casos referentes à dopagem, ou seja, não substitui os Tribunais de Justiça Desportiva das confederações.**

ENCERRAMENTO

■ CHAMADA!

REFERÊNCIAS

- Sites:

- ✓ Planos Plurianuais (PPAs): <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento>
- ✓ Ministério do Esporte: <https://www.gov.br/esporte/pt-br>

BONS ESTUDOS!

